

RESUMO PREVIDÊNCIA E REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DAS FORÇAS ARMADAS

O que é?

Bolsonaro apresentou o projeto de lei 1645/2019. Ele é ao mesmo tempo uma reforma da previdência para os militares e uma proposta de reestruturação de carreira.

Tanto a reforma dos militares quanto a proposta de reestruturação das carreiras são injustas. Por quê: a reforma aumenta estabelece a mesma taxa previdenciária, independentemente da patente, enquanto o projeto de reestruturação privilegia os oficiais de alta patente em detrimento dos chamados graduados (soldados, cabos, sargentos, tenentes e subtenentes).

Ou seja: na reforma da previdência, a base das Forças Armadas perde mais, e na reestruturação das carreiras ganha muito menos. O ônus é só para os de baixo. Isso aumentará ainda mais o abismo existente dentro das Forças Armadas.

A Comissão Especial que analisa o projeto apresentará relatório nesta quarta-feira (08). Nós apresentaremos voto em separado.

Problema 1: A Reforma da Previdência é regressiva

A proposta de reforma da previdência é extremamente injusta por tratar como iguais sargentos e generais. Todos os militares independentemente da patente pagarão a mesma taxa previdenciária, fazendo com que os graduados (soldados, cabos, sargentos, tenentes e subtenentes) desembolsem muito mais em proporção ao soldo que ganham.

As alíquotas vão de 7,5% para 8,5% em 2020. Subindo para 9,5% em 2021 e fechando em 10,5% em 2022.

Homens e mulheres terão que contribuir por 35 anos.

**Não vale aprofundar tanto nesse ponto, talvez apenas citar o tratamento injusto, porque se entrarmos no debate dos valores da alíquota, os trabalhadores não militares podem reclamar e nos deixar uma posição delicada. O foco deve ser a reestruturação.*

Problema 2: A reestruturação das carreiras amplia as desigualdades

Se na reforma todos são iguais, na reestruturação das carreiras ocorre o contrário. O PL 1645 mexe no valor dos soldos e gratificações, criando novas gratificações.

Aumentos nos soldos:

Um general de Exército receberá aumento de 59% até 2023. O soldo passará de R\$ 13.431 para R\$ 33.946.

Um general de brigada terá aumento de 55%. O soldo passará de R\$ 19.734 para R\$ 30.725.

Um coronel terá aumento de 48%. O soldo passará de R\$ 17.749 para R\$ 26.337.

Já para um segundo-tenente, será de 3,8%.

Para um segundo-sargento, o aumento será de 9,37%.

Para um terceiro sargento, será de 4,69%.

Gratificações:

- Adicional de Habilitação

A primeira gratificação que o PL mexe é no Adicional de Habilitação, pago mensalmente, e que é baseado em cursos que os militares fazem ao longo da carreira como condição para subir na hierarquia. Ela já existia e está sendo ampliada.

Atualmente, o percentual varia de 12% a 30%. Com o PL, passará de 12% a 73%. É importantíssimo observar que os militares da base não terão reajuste no adicional.

O adicional para coronéis, por exemplo, vai passar de 30% para 71% do soldo.

Já o adicional para soldados, cabos e sargentos continuará em 12%, sem aumento.

- Adicional de disponibilidade

O Adicional de Disponibilidade não existe e está previsto no PL. Enquanto um Coronel terá reajuste no soldo de 32%, soldados e cabos receberão aumento de apenas 5%.

A tabela:

Coronel e subtenente (32%)

Tenente-coronel (26%)

Major e Primeiro Sargento (20%)

Capitão e Segundo Sargento (12%)

Primeiro tenente e Terceiro Sargento (6%)

Demais militares (5%)

Problema 3: a tramitação do projeto excluiu o debate e a votação no plenário

O projeto cumpre um rito diferente de tramitação, ele não precisa passar pelo plenário para ser debatido, votado e só depois enviado ao Senado. Após a aprovação na Comissão Especial, ele seguirá para o Senado. Isso restringe demais o debate e diminui a visibilidade de um tema tão importante, que em 10 anos provocará impacto de R\$ 86 bilhões.

Por isso, nós reunimos assinaturas e vamos apresentar recurso após a votação do relatório para que ele seja debatido de forma ampla e votado por todos os deputados no plenário.

Os praças também reclamam que somente os oficiais de alta patente foram chamados pelo governo para elaborar a proposta antes de ela ser enviada à Câmara. Eles querem poder opinar sobre algo que provocará grandes impactos em suas vidas.

Nosso argumento:

Temos que ter responsabilidade, porque defender que os aumentos de soldo e gratificações dos graduados aumentem, mantendo o reajuste exorbitante dos oficiais de alta patente, é perigoso. O impacto orçamentário é enorme. Nossa proposta tem que ser a redução dos aumentos dos de cima para dar mais aos de baixo. Algo com equilíbrio, que respeite uma paridade entre os militares.